

1. Informações gerais

A TEKA - Tecelagem Kuehnrich S.A. (“Companhia” ou “TEKA”) é uma companhia aberta e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 82.636.986/0001-55 e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 42300005649. Está sediada na Rua Paulo Kuehnrich, 68, Bairro Itoupava Norte, na cidade de Blumenau (SC).

A TEKA tem como atividade principal a indústria têxtil. Possui sua produção verticalizada, sendo conhecida mundialmente como produtora de artigos de cama, mesa e banho. Além de Blumenau (SC), possui unidades fabris em Indaial (SC) e Artur Nogueira (SP) e controladas em Buenos Aires (Argentina), Assunção (Paraguai), Munique (Alemanha) e Viena (Áustria).

1.1. Recuperação judicial

A Companhia TEKA - Tecelagem Kuehnrich S/A protocolou pedido de recuperação judicial em 26 de outubro de 2012, sendo este distribuído para 2ª Vara cível de Blumenau e autuado sob o n. 0023674-23.2012.8.24.0008. Participam também do pleito de recuperação as empresas Teka Têxtil S/A, Cerro Azul Participações e Administração Ltda., Teka Investimentos Ltda. e FB Indústria e Comércio Têxtil Ltda. Através da Assembleia Geral de Credores realizada 02 de outubro de 2013 o plano foi aprovado, sendo homologado pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Blumenau em 30 de outubro de 2013.

A decisão de ingressar com o pedido de recuperação judicial objetiva, em síntese, (i) proceder ao reescalonamento do passivo, permitindo a sua futura quitação; (ii) permitir o ingresso de fluxo de caixa para manter e fomentar as atividades; (iii) alienar determinados bens tidos por não essenciais às atividades econômicas e; (iv) obter novos recursos junto ao mercado para acelerar a recuperação;

Dentre as condições de adimplemento previstas, em síntese, citam-se as condições de tratamento dos créditos quirografários, com privilégio especial, geral ou subordinados, as quais preveem a emissão de debêntures em até 60 (sessenta) dias contados da aprovação do plano, resgatáveis no 12º ano, com correção anual, a partir da emissão, pela TJLP e remuneração, também anual, a taxa de 1,5%.

Após efetivada a homologação do plano, foram interpostos Agravos de Instrumento, com oposição à decisão que homologou aquele.

Em agosto de 2018 foi interposto Recurso Especial contra a decisão que deu provimento ao Agravo de Instrumento, sendo que foi negado seguimento a referido Recurso Especial, interpondo-se, assim, Agravo, o qual aguarda processamento.

Ainda quanto ao tema, consoante decisão proferida pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Blumenau, no processo número 0023674-23.2012.8.24.0008, restou determinado, cautelarmente, o afastamento do Diretor Presidente da “Companhia, Sr. Frederico Kuehnrich Neto, sendo indicada, também pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Blumenau, pelo prazo inicial de 06 (seis) meses, a Gestora Judicial Fabiane Paula Esvicero para exercer o encargo. Tais determinações judiciais, como nela igualmente foi ordenado, foram noticiadas ao Conselho de Administração, sendo que a Gestora Judicial manifestou ao Juízo sua aceitação.

Outrossim, contra a decisão do afastamento, foi interposto Agravo de Instrumento pelo Sr. Frederico, o qual, junto ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, foi autuado sob o número 4025521-06.2018.8.24.0000, sendo que, em 25 de janeiro de 2019, restou parcialmente

deferido o pedido de efeito suspensivo, determinando-se a convocação de assembleia-geral de credores para designação do substituto do agravante (Sr. Frederico).

Tal decisão, ao apreciar a questão do afastamento do Sr. Frederico, concluiu pelo acerto da deliberação proferida pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Blumenau, concluindo, pois, pela manutenção do afastamento do Sr. Frederico.

Necessário ainda esclarecer que a decisão proferida no “Recurso” não afastou da “Companhia” ou alterou a condição da Srta. Fabiane Paula Esvicero para atuar diretamente e em conjunto com a presidência da “TEKA”, cujo encargo, até a deliberação da assembleia supracitada, será exercido pela Administradora Judicial.

Importa ainda esclarecer que a decisão proferida no “Recurso” também não alterou a condição da Srta. Fabiane como Diretora de Relações com Investidores, cujo exercício foi autorizado por despacho proferido em 12 de novembro de 2018, pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Blumenau, no processo número 0023674-23.2012.8.24.0008.

Como consta das manifestações anteriores, em razão da ausência de trânsito em julgado da decisão que homologou o plano, os efeitos da recuperação não vinham sendo aplicados nos registros contábeis.

Todavia, através do Ofício nº 287/2018/CVM/SEP/GEA-5 emitido em 11/2018, abaixo parcialmente reproduzido (grifado), a CVM assim se manifestou:

“a) A Companhia aberta deve elaborar seus demonstrativos contábeis com base nas normas contábeis vigentes e em atenção ao disposto no Plano de Recuperação Judicial.

*b) Conforme dispõe o artigo 58 da Lei 11.101/2005 (Lei de Falências e Recuperação Judicial) “Cumpridas as exigências desta Lei, o juiz concederá a recuperação judicial do devedor cujo plano (...) tenha sido aprovado pela assembléia-geral de credores na forma do art. 45 desta Lei”. Sendo assim, uma vez que, de acordo com a companhia houve “aprovação do Plano pela Assembléia de Credores realizada em 02 de Outubro daquele mesmo ano (2013)”, aplica-se o disposto no artigo 61 da referida lei, segundo o qual “Proferida a decisão prevista no art. 58 desta Lei, o devedor permanecerá em recuperação judicial até que se cumpram todas as obrigações previstas no plano que se vencerem até 2 (dois) anos depois da concessão da recuperação judicial”. **Dessa forma, uma vez vigente o Plano de Recuperação Judicial, sua aplicação é imediata.***

*c) **Por conseguinte, a retratação da situação contábil da Companhia deve estar em concordância com seu Plano de Recuperação Judicial** e com as normas contábeis vigentes e aplicáveis para Companhias Abertas, conforme disposições constantes na Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações).*

d) Não há conflito entre a Lei 6.404/1976 e a Lei 11.101/2005, uma vez que ambas são aplicáveis a companhias abertas e a segunda, apenas para aquelas em processo de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial.

*e) **Uma vez dentro do Regime de Recuperação Judicial, o reconhecimento das obrigações da Companhia deve ser feito em estrita consonância com o que dispõe o Plano de Recuperação Judicial.***

*f) **Os efeitos da Recuperação Judicial são contados a partir da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial, nos termos do supramencionado artigo 61 da Lei 11.101/2005.***

g) O regime contábil a ser adotado pela Companhia deve estar em conformidade com as normas contábeis vigentes sem prejuízo de observância à disposição das normas gerais aplicáveis a Companhias Abertas.

h) É imprescindível que a Companhia em Recuperação Judicial elabore seus demonstrativos contábeis com base no Plano de Recuperação Judicial.

Seguindo a orientação da CVM, inobstante o entendimento acima exposto, conclui-se que, para efeitos contábeis, o Plano de Recuperação Judicial tem sua aplicação imediata, sendo que a retratação da situação contábil da Companhia deve estar em concordância com seu Plano e o reconhecimento das obrigações da Companhia deve ser feito em estrita consonância com o que dispõe o Plano, ou seja, a Companhia em Recuperação Judicial deve elaborar seus demonstrativos contábeis com base no Plano de Recuperação Judicial.

Desta forma, considerando a manifestação da CVM, bem como a obrigatoriedade de transparência, todo o tratamento contábil do passivo contido na RJ foi efetuado com base no próprio plano, dele se extraindo as condições de classificação e atualização dos débitos.

De acordo com o Plano de Recuperação Judicial a posição financeira dos credores é a seguinte:

Classe Credora	Editais	Movimentações	31/12/2018
Quirografários/Trabalhistas	382.841	80.400	463.241
Garantia real	158.760	29.552	188.312
	541.601	109.952	651.553

O efeito no balanço da TEKA da implementação da Recuperação Judicial a partir da manifestação da CVM no ano de 2018 está detalhado na NE nº 05.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade com relação às normas de IFRS e às normas do CPC

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB, e evidenciam todas as informações relevantes. As demonstrações financeiras estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão e foram preparadas considerando a continuidade normal dos negócios.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 26 de março de 2019.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As

demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de escolha e aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

3. Principais políticas contábeis

3.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2018.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta, a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos pelo CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, dos quais destacamos os seguintes:

- A Companhia inclui em sua consolidação todas as sociedades controladas nas quais a controladora, direta ou indireta, possui influência significativa que assegurem aos seus acionistas de modo permanente e preponderante o poder de eleger a maioria dos administradores.
- As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes e padronizadas com o propósito de apresentação, classificação e mensuração uniformes.
- Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo, entre esses:

a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as empresas incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação.

b) Eliminação das parcelas dos resultados do exercício, dos lucros ou prejuízos acumulados e do custo de estoques ou do ativo não circulante que corresponderem a resultados, ainda não realizados, de negócios entre as sociedades.

c) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio.

- Reconhecimento de prejuízos de empresas controladas atribuíveis à controladora que excedam o valor da participação até o limite do valor do investimento, exceto quando a controladora tem a obrigação ou intenção de cobrir estes prejuízos.

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras padronizadas

Em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da TEKA suas controladas em 31 de dezembro de 2018, apresentadas abaixo:

		Participação (%)			
		31/12/18		31/12/17	
	País	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Teka Têxtil S.A.	Brasil		99,99%		99,99%
Tecelagem Kuehnrich	Argentina	90,00%	-	90,00%	-
Cerro Azul Part.e Adm. Ltda	Brasil	99,99%	-	99,99%	-
Teka Paraguay	Paraguai	99,00%	-	99,00%	-
Teka Europalager	Alemanha	100,00%	-	100,00%	-
Teka Investimentos Ltda	Brasil	-	99,99%	-	99,99%
Teka Fiação Ltda	Brasil	-	99,99%	-	99,99%
Salerna Holding Gmbh	Áustria	100,00%	-	100,00%	-

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

3.2 Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real.

(a) Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação.

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

Itens não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão.

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real (moeda funcional) às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real às taxas médias de câmbio.

As variações cambiais decorrentes desta diferente forma de apresentação, são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

3.3 Instrumentos financeiros

Tipos de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- Empréstimos e recebíveis.
- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Disponíveis para venda.
- Mantidos até o vencimento.

Em 31 de dezembro de 2018 a entidade não possui ativos financeiros classificados como disponíveis para venda e nem como mantidos até o vencimento.

Os passivos financeiros podem ser classificados como:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Outros passivos financeiros.

Classificação

Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Enquadram-se nessa categoria os ativos e passivos financeiros que satisfazem a qualquer uma das seguintes condições:

- São mantidos para negociação: casos de instrumentos financeiros com a finalidade de venda ou recompra em prazos curtos e dos derivativos, exceto em eventuais situações de hedge accounting, que atualmente não é adotado.
- São designados no reconhecimento inicial como mensurados ao valor justo por meio de resultado, pois a estratégia documentada de investimento e de gerenciamento de risco desse instrumento é realizada com base no valor justo.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado da Companhia e de suas controladas são exemplificados por:

- Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
- Títulos e valores mobiliários: incluem-se neste grupo os títulos e valores mobiliários adquiridos pela Companhia e por suas controladas, com a finalidade de venda ou de recompra, os quais não atendem à definição de caixa e equivalentes de caixa.
- Depósitos vinculados: representam as aplicações feitas pela Companhia ou suas controladas em CDBs dados como garantia.
- Instrumentos financeiros derivativos contratados para proteger riscos.

Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado da Companhia e de suas controladas são exemplificados por:

- Instrumentos financeiros derivativos contratados para proteger riscos.

Outros passivos financeiros

Os passivos financeiros que não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado são classificados como outros passivos financeiros.

Os outros passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são exemplificados através de:

- Fornecedores.

- Contas a pagar a empresas ligadas e a terceiros.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures a pagar.

Reconhecimento e mensuração

Todos os instrumentos financeiros foram reconhecidos no balanço da Companhia e de suas controladas, tanto no ativo quanto no passivo, tendo sido mensurados inicialmente pelo valor justo.

Após o reconhecimento inicial, e de acordo com a sua classificação:

- Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são mensurados pelo valor justo e suas flutuações são reconhecidas no resultado.
- Os empréstimos e recebíveis e os outros passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

3.4 Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao custo de reposição e ao valor líquido de realização, quando aplicável. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção, baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos.

Os estoques importados que se encontram em trânsito são reconhecidos a partir da data que o fornecedor despacha os produtos para a Companhia.

As provisões de estoques para realização (redução a valor de mercado) e para estoques de baixo giro e/ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos, a contar da data da contratação da operação.

As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado a valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos, de responsabilidade da Companhia.

A provisão de recuperabilidade do Contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber. Os critérios adotados para sua constituição estão detalhados na relativa nota explicativa.

3.7 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não procedeu ao registro do ajuste a valor presente.

3.8 Investimento em controladas

As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora essas informações são registradas através do método da equivalência patrimonial.

Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento nas controladas é registrado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da controlada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido da controlada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e suas controladas, são eliminados de acordo com a participação mantida na controlada.

A participação societária nas controladas é apresentada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada.

As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

3.9 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, quando aplicável, deduzido da depreciação, a qual é calculada pelo método linear de acordo com as taxas descritas na nota explicativa específica. A Companhia efetua periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado.

O imobilizado é apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre o prazo de arrendamento e as suas vidas úteis.

3.10 Intangível

Ativos intangíveis, hoje representados por Licenças de Softwares, adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados pelo custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de alterações no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. Não há ativos intangíveis gerados internamente.

3.11 Redução ao valor recuperável *impairment*

A Companhia adota como procedimento revisar o saldo do imobilizado e intangível para verificação de possíveis reduções em seu valor de recuperação consideradas permanentes, no mínimo anualmente e sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro.

3.12 Provisões

Geral

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação ou potencial obrigação legal ou não formalizada, presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A provisão para contingências é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis e atualizadas até as datas dos balanços, e apoiada na opinião dos advogados da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para contingências estão descritos na nota explicativa correspondente.

3.13 Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a recolher para as autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada anualmente a 30% do lucro real e são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado

abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e das diferenças temporárias ativas e passivas. Tais impostos encontram-se suportados por estudo de geração futura de resultados tributáveis que faz parte do plano de recuperação judicial.

O registro desses tributos diferidos levou em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis, assim como as expectativas de realização das diferenças temporárias ativas e passivas, e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária, conforme demonstrado na nota explicativa do imposto de renda.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

3.14 Impostos sobre as vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas;
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a recolher, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

- Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 0% a 20%;
- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de 0% a 10%;
- Programa de Integração Social (PIS) de 0% a 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de 0% a 7,6%;
- Imposto sobre serviços (ISS) de 5%.

Nas demonstrações de resultado, as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

3.15 Operações com instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia não mantém operações com instrumentos financeiros contratados.

3.16 Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o

pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

3.17 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

3.18 Capital social

Ações ordinárias e preferenciais

São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos em uma conta redutora do capital social, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.19 Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia, e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período, considerando, quando aplicável, ajustes de desdobramento ocorridos no período ou no evento subsequente capturado na preparação das Demonstrações Financeiras.

3.20 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos).

3.21 Reconhecimento de receitas, custos e despesas

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando:

- o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e
- todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

3.22 Demonstração dos fluxos de caixa

Preparada pelo método indireto, de acordo com as normas e procedimentos do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.23 Demonstrações do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

3.24 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

Dos pronunciamentos novos somente o IFRS 15 que trata da correta mensuração e reconhecimento da receita teve efeitos sobre as demonstrações financeiras de 2018.

O princípio básico deste pronunciamento consiste em que a entidade deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

4. Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade.

Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o

montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização.

Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos sem garantia real e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perdas estimadas nas demonstrações financeiras em montante suficiente para cobrir a perda provável.

Outras políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas;
- Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados; e
- Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos;

5. Reapresentação das demonstrações financeiras previamente emitidas

Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras, para melhor apresentação das demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2018 e para manter a comparabilidade entre os exercícios e os valores comparativos ao balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2017 e informações contábeis relativas, os saldos comparativos estão sendo reapresentados, de forma a demonstrar os ajustes decorrentes dos seguintes assuntos:

- (a) Reavaliação do passivo após manifestação da CVM referente o reconhecimento dos efeitos do plano, qual estava atualizado a valores históricos e que foram reavaliados conforme o Plano de Recuperação Judicial. Vide detalhes na NE 1.1.
- (b) Efeito tributário sobre os ajustes descritos na implementação contábil do Plano de Recuperação Judicial.

Abaixo demonstramos os ajustes no balanço patrimonial, para o período comparativo findo em 31 de dezembro de 2017.

	Controladora		
	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
	31/12/17	31/12/17	31/12/17
Ativo Circulante	52.155	-	52.155
Ativo não circulante	881.257	(28.706)	852.551
Ativo total	933.412	(28.706)	904.706

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras padronizadas

Em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo circulante	2.052.149	(186.425)	1.865.724
Fornecedores	403.648	(91.119)	312.529
Empréstimos e financiamentos	479.130	(101.370)	377.760
Passivos com partes relacionadas	33.215	(15.538)	17.677
Outras obrigações	1.119.150	15.451	1.134.601
Provisões	17.006	6.151	23.157
Passivo não circulante	359.320	(7.075)	352.245
Empréstimos e financiamentos	1.126	(144)	982
Outras obrigações	55.186	-	55.186
Tributos Diferidos	40.029	(2.141)	37.888
Provisões	262.979	(4.790)	258.189
Patrimônio líquido consolidado	(1.478.057)	164.794	(1.313.263)
Capital social realizado	21.945	-	21.945
Reservas de reavaliação	75.422	-	75.422
Reservas de lucros	4.389	-	4.389
Lucros/Prejuízos acumulados	(1.617.029)	164.794	(1.452.235)
Ajustes de avaliação patrimonial	34.827	-	34.827
Ajustes acumulados de conversão	2.389	-	2.389
Passivo total	933.412	(28.706)	904.706

	Consolidado		
	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
	31/12/17	31/12/17	31/12/17
Ativo Circulante	54.355	-	54.355
Ativo não circulante	915.991	(31.909)	884.082
Ativo total	970.346	(31.909)	938.437

Passivo circulante	2.112.042	(187.151)	1.924.891
Fornecedores	405.876	(92.059)	313.817
Empréstimos e financiamentos	479.412	(101.370)	378.042
Passivos com partes relacionadas	38.382	(15.538)	22.844
Outras obrigações	1.171.332	15.485	1.186.817
Provisões	17.040	6.331	23.371
Passivo não circulante	336.311	(9.552)	326.759
Empréstimos e financiamentos	1.126	(144)	982
Outras obrigações	6.451	-	6.451
Tributos Diferidos	68.689	(7.295)	61.394
Provisões	260.045	(2.113)	257.932
Patrimônio líquido consolidado	(1.478.007)	164.794	(1.313.213)
Capital social realizado	21.945	-	21.945
Reservas de reavaliação	75.422	-	75.422
Reservas de lucros	4.389	-	4.389
Lucros/Prejuízos acumulados	(1.617.029)	164.794	(1.452.235)
Ajustes de avaliação patrimonial	34.827	-	34.827
Ajustes acumulados de conversão	2.389	-	2.389
Participação dos acionistas não controladores	50	-	50
Passivo total	970.346	(31.909)	938.437

Abaixo demonstração do resultado da Controladora e Consolidado reapresentados de 31 de dezembro de 2017.

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras padronizadas

Em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		
	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017
Receita de vendas e/ou serviços	132.183	-	132.183
Custo de bens e/ou serviços vendidos	(102.063)	-	(102.063)
Resultado bruto	30.120	-	30.120
Despesas/Receitas operacionais	(53.726)	11.763	(41.963)
Vendas/Adm./Outras despesas	(61.074)	-	(61.074)
Outras receitas operacionais	11.014	11.342	22.356
Resultado de equivalência patrimonial	(3.666)	421	(3.245)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(23.606)	11.763	(11.843)
Resultado financeiro	(144.510)	41.379	(103.131)
Receitas financeiras	33.977	-	33.977
Despesas financeiras	(178.487)	41.379	(137.108)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(168.116)	53.142	(114.974)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(243)	(163)	(406)
Diferido	(243)	(163)	(406)
Resultado líquido das operações continuadas	(168.359)	52.979	(115.380)
Lucro/Prejuízo do período	(168.359)	52.979	(115.380)

	Consolidado		
	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017
Receita de vendas e/ou serviços	132.023	-	132.023
Custo de bens e/ou serviços vendidos	(104.055)	-	(104.055)
Resultado bruto	27.968	-	27.968
Despesas/Receitas operacionais	(48.144)	11.342	(36.802)
Vendas/Adm./Outras despesas	(59.161)	-	(59.161)
Outras receitas operacionais	11.017	11.342	22.359
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(20.176)	11.342	(8.834)
Resultado financeiro	(148.153)	41.464	(106.689)
Receitas financeiras	34.016	-	34.016
Despesas financeiras	(182.169)	41.464	(140.705)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(168.329)	52.806	(115.523)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(30)	173	143
Diferido	(30)	173	143
Resultado líquido das operações continuadas	(168.359)	52.979	(115.380)
Lucro/Prejuízo do período	(168.359)	52.979	(115.380)
Atribuído a sócios da empresa Controladora	(168.359)	52.979	(115.380)
Atribuído a sócios não Controladores	-	-	-

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Caixa	12	11	27	16
Bancos conta movimento	73	56	119	67
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	85	67	146	83

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

7. Contas a receber de clientes

A composição e saldo de contas a receber, e sua distribuição por faixa de vencimento, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Contas a receber clientes mercado interno	47.978	44.601	48.279	45.210
Contas a receber clientes mercado externo	3.948	2.341	3.970	2.361
Impairment (provisão para perdas)	(16.049)	(14.346)	(16.120)	(14.398)
Parcela circulante	35.877	32.596	36.129	33.173
Contas a receber clientes mercado interno	135	-	135	-
Parcela não circulante	135	-	135	-
Total Geral	36.012	32.596	36.264	33.173

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Aging list contas a receber de clientes				
Vencidos	2.943	4.430	3.043	4.747
A vencer em até 3 meses	29.567	25.181	29.719	25.442
A vencer entre 3 e 6 meses	3.244	2.980	3.244	2.979
A vencer entre 6 meses e 1 ano	123	5	123	5
A vencer acima de 1 ano	135	-	135	-
Contas a receber de clientes	36.012	32.596	36.264	33.173

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Contas a receber por tipo de moeda				
Reais	32.596	30.896	32.826	31.453
US\$	3.416	1.700	3.416	1.700
Euros	-	-	22	20
Contas a receber de clientes	36.012	32.596	36.264	33.173

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas duplicatas em atraso acima de 180 dias e na análise individual dos valores relevantes em atraso.

8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Produtos acabados	5.924	4.730	5.924	4.730
Impairment de produtos acabados	(1.145)	(1.050)	(1.145)	(1.050)
Produtos em elaboração	11.737	9.108	11.737	9.108
Matérias primas e insumos	2.587	1.934	2.587	1.934
Outros estoques	738	671	1.322	1.216
Total dos estoques	19.841	15.393	20.425	15.938

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras padronizadas

Em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A provisão para estoques obsoletos é avaliada com base nos estoques sem giro acima de 180 dias. A provisão para redução a valor de mercado dos estoques é realizada quando os custos dos estoques estão superiores aos valores de vendas dos produtos finais aos clientes.

Até 31/12/2018, R\$ 16 foram registrados no resultado como reversão de perda de itens obsoletos ou danificados (R\$ 77 como reversão de perda até 31/12/2017), e R\$ 111 como ajuste a valor de mercado (R\$ 195 como reversão de ajuste a valor de mercado até 31/12/2017).

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
ICMS	8	4	288	231
Imposto de renda	1	1	1	1
IPI	134	447	136	449
PIS/COFINS	-	-	137	98
Crédito reintegra	365	365	365	365
Outros	46	26	300	282
Parcela circulante	554	843	1.227	1.426
ICMS	79	78	79	78
Imposto de renda	10.713	10.558	10.713	10.558
PIS/COFINS	2.227	2.191	2.227	2.191
INCRA	10.594	9.950	10.594	9.950
IRPJ/CSLL	621.460	582.402	621.460	582.402
Outros	4.748	4.748	4.748	4.748
Parcela não circulante	649.821	609.927	649.821	609.927

Em 08 de dezembro de 2005, a Companhia ingressou com Ação Declaratória contra a União Federal (Fazenda Nacional), processo 2005.34.00.036880-5, nova numeração 0036337-32.2005.4.01.3400, objetivando afastar a limitação imposta à compensação dos saldos negativos de imposto de renda das pessoas jurídicas e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido com tributos da mesma espécie, possibilitando a compensação com outros tributos arrecadados pela Receita Federal do Brasil. Por este pleito, em 13 de novembro de 2011 a Companhia obteve sentença com trânsito em julgado, motivo pelo qual os valores foram registrados no balanço da TEKA.

10. Investimento em controladas

A movimentação patrimonial em 31 de dezembro de 2018 está demonstrada a seguir:

Em 31 de dezembro de 2017	46.502
Equivalência patrimonial:	
Participação nos resultados	(1.223)
Ganhos ou perdas de capital	(1.813)
Ajustes acumulados de conversão	803
Em 31 de dezembro de 2018	44.269

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras padronizadas

Em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nome	País	Patrimônio			Receita Bruta	Resultado	Participação
		Ativos	Passivos	Líquido			
Em 31 de dezembro de 2017							
Teka Têxtil S.A.	Brasil	62.456	22.692	39.764	-	(1.044)	99,9999%
Tecelagem Kuehnrich	Argentina	13	6	7	-	-	90,0000%
Cerro Azul Part. E Adm. Ltda.	Brasil	66.940	64.870	2.070	3.249	(2.224)	99,9999%
Teka Paraguay	Paraguai	4.938	-	4.938	16	23	99,0000%
		134.347	87.568	46.779	3.265	(3.245)	
Em 31 de dezembro de 2018							
Teka Têxtil S.A.	Brasil	60.760	22.181	38.579	-	(1.185)	99,9999%
Tecelagem Kuehnrich	Argentina	7	3	4	-	-	90,0000%
Teka Paraguay	Paraguai	5.744	-	5.744	-	(38)	99,0000%
		66.511	22.184	44.327		(1.223)	

11. Imobilizado

A movimentação patrimonial em 31 de dezembro de 2018 está demonstrada a seguir:

O montante de R\$ 3.853 (R\$ 4.082 em 2017) referente à despesa de depreciação foi debitado ao resultado na rubrica de custo dos produtos vendidos, o montante de R\$ 18 (R\$ 21 em 2017) como despesas administrativas e o montante de R\$ 8 (R\$ 8 em 2017) como despesas com vendas.

Controladora								Outros	Imob.	Total
	Terrenos	Edif. e instalações	Maquinas e equip.	Ferramentas e utensílios	Equip.de proc.de dados	Móveis e utensílios	Veículos	ativos fixos	em andamento	
Taxa de depreciação %	-	2%	10%	10%	20%	10%	20%	20%	-	
Valor líq.31 dezembro 2016	28.662	56.862	75.145	716	206	217	289	28	2.362	164.487
Saldo inicial	28.662	56.862	75.145	716	206	217	289	28	2.362	164.487
Adições	-	-	2	-	23	5	-	-	4	34
Transferências	-	-	897	-	-	-	-	-	(897)	-
Baixas	-	-	(21)	(24)	(758)	(21)	-	-	(62)	(886)
Depreciação	-	(1.488)	(2.545)	(34)	(20)	(12)	(12)	-	-	(4.111)
Baixas da depreciação	-	-	19	24	756	20	-	-	-	819
Valor líq.31 dezembro 2017	28.662	55.374	73.497	682	207	209	277	28	1.407	160.343
Saldo inicial	28.662	55.374	73.497	682	207	209	277	28	1.407	160.343
Adições	-	-	1.200	2	6	2	-	-	125	1.335
Transferências	-	-	242	-	-	-	-	-	(242)	-
Baixas	-	-	(149)	(27)	(2)	(56)	-	-	(1.164)	(1.398)
Impairment	-	-	(14.825)	-	-	-	-	-	-	(14.825)
Depreciação	-	(1.488)	(2.321)	(32)	(20)	(10)	(8)	-	-	(3.879)
Baixas da depreciação	-	-	47	23	2	49	-	-	-	121
Saldo Final	28.662	53.886	57.691	648	193	194	269	28	126	141.697
Em 31 de dezembro de 2018										
Custo	28.662	84.959	165.642	12.787	2.937	2.502	885	42	126	298.542
Depreciação acumulada	-	(31.073)	(107.951)	(12.139)	(2.744)	(2.308)	(616)	(14)	-	(156.845)
Valor líquido contábil	28.662	53.886	57.691	648	193	194	269	28	126	141.697

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras padronizadas

Em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	Edificações e		Maquinas e	Ferramentas	Equip.de	Móveis e	Outros	Imob.	Total
	Terrenos	instalações	equip.	e utensílios	proc.de dados	utensílios	ativos fixos	em andamento	
Taxa de depreciação %	-	2%	10%	10%	20%	10%	20%	-	
Valor líq.31 dezembro 2016	46.724	87.314	105.838	789	220	266	289	28	2.367 243.835
Saldo inicial	46.724	87.314	105.838	789	220	266	289	28	2.367 243.835
Adições	-	-	2	-	25	5	-	-	4 36
Transferências	-	-	900	-	-	-	-	-	(900) -
Baixas	-	-	(21)	(24)	(760)	(21)	-	-	(64) (890)
Depreciação	-	(2.564)	(3.569)	(36)	(20)	(16)	(12)	-	- (6.217)
Baixas da depreciação	-	-	19	24	759	20	-	-	- 822
Valor líq.31 dezembro 2017	46.724	84.750	103.169	753	224	254	277	28	1.407 237.586
Saldo inicial	46.724	84.750	103.169	753	224	254	277	28	1.407 237.586
Adições	-	-	1.200	2	6	2	-	-	125 1.335
Transferências	-	-	242	-	-	-	-	-	(242) -
Baixas	-	-	(500)	(27)	(2)	(56)	-	-	(1.164) (1.749)
Impairment	-	-	(17.304)	-	-	-	-	-	- (17.304)
Depreciação	-	(2.564)	(3.348)	(33)	(20)	(16)	(8)	-	- (5.989)
Baixas da depreciação	-	-	398	23	2	49	-	-	- 472
Saldo Final	46.724	82.186	83.857	718	210	233	269	28	126 214.351
Em 31 de dezembro de 2018									
Custo	46.724	133.891	238.457	13.538	2.970	2.613	885	42	126 439.246
Depreciação acumulada	-	(51.705)	(154.600)	(12.820)	(2.760)	(2.380)	(616)	(14)	- (224.895)
Valor líquido contábil	46.724	82.186	83.857	718	210	233	269	28	126 214.351

Os empréstimos bancários estão garantidos por terrenos, edificações e máquinas no valor de R\$ 213 milhões (R\$ 235 milhões em 2017).

A base adotada para determinar o cálculo da depreciação foi a política da Companhia que demonstra as vidas úteis e os percentuais de residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável do ativo imobilizado é necessária.

12. Intangível

Controladora e consolidado	Direito de uso	Softwares	Implantação ERP	Total
Vida útil estimada (anos)	5	5	5	
Valor líquido em 31 de dezembro de 2016	-	5	503	508
Adições	-	102	-	102
Amortização	-	(5)	(84)	(89)
Saldo Final	-	102	419	521
Em 31 de dezembro de 2017				
Custo	704	479	7.307	8.490
Amortização acumulada	(704)	(377)	(6.888)	(7.969)
Valor líquido contábil	-	102	419	521
Saldo Inicial	-	102	419	521
Adições	-	20	-	20
Amortização	-	(24)	(86)	(110)
Saldo Final	-	98	333	431
Em 31 de dezembro de 2018				
Custo	704	499	7.307	8.510
Amortização acumulada	(704)	(401)	(6.974)	(8.079)
Valor líquido contábil	-	98	333	431

13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Mercado interno	44.438	45.794	44.519	45.869
Prov.juros mercado interno	18.036	13.998	18.127	14.084
Fornec.sujeitos à rec.judicial	272.228	252.737	273.442	253.864
Parcela circulante	334.702	312.529	336.088	313.817
Aging list fornecedores				
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Vencidos	56.170	55.173	56.320	55.333
A vencer em até 3 meses	6.258	4.605	6.273	4.605
A vencer entre 3 e 6 meses	46	14	53	15
Fornec.sujeitos à rec.judicial	272.228	252.737	273.442	253.864
	334.702	312.529	336.088	313.817
Fornecedores por tipo de moeda				
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Real	334.702	312.529	336.088	313.817
	334.702	312.529	336.088	313.817

Os principais produtos adquiridos, essenciais para o negócio da Companhia são: algodão, certos produtos químicos, embalagens.

14. Obrigações sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Obrigações sociais	748.736	718.330	781.502	749.959
Obrigações trabalhistas	21.246	21.073	22.102	21.595
Parcela circulante	769.982	739.403	803.604	771.554
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	363	573
Parcela não circulante	-	-	363	573

15. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Obrigações fiscais federais	151.823	134.538	176.999	158.973
Obrigações fiscais estaduais	130.782	126.056	130.795	126.072
Obrigações fiscais municipais	16.632	13.624	16.644	13.634
Parcela circulante	299.237	274.218	324.438	298.679
Obrigações fiscais estaduais	248	284	248	296
Obrigações fiscais municipais	-	43	-	43
Parcela não circulante	248	327	248	339

ICMS na base de cálculo PIS e COFINS

Consoante decisões proferidas no processo número 2005.61.00.009886-2 (TRF3), no qual foi certificado o trânsito em Julho de 2018, restou assegurado a TEKA a não inclusão do ICMS na base de cálculo da COFINS e do PIS.

Também restou assegurado o direito à compensação das diferenças recolhidas a maior, as quais devem ser compensadas nos termos Lei nº 10.637, de 30/12/2002 (que modificou a Lei nº 9.430/96) e suas alterações, considerando-se prescritos os créditos oriundos dos recolhimentos efetuados em data anterior há cinco anos, contados retroativamente do ajuizamento da ação, conforme o disposto no artigo 168 do CTN c/c artigo 3º da Lei Complementar nº 118/2005. A ação foi proposta em 14/06/2005.

As asserções acima são efetuadas com observância ao item 12 do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 01/2019.

O efeito financeiro dessa modulação do PIS/COFINS referente o exercício de 2018 foi de R\$ 228.

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Capital de giro	119.581	93.699	119.581	93.981
BRDE	6.856	7.059	6.856	7.059
Bancos diversos	-	284	-	284
Debêntures	622	479	622	479
Sujeitos à recup.judicial	297.519	276.239	297.519	276.239
Parcela Circulante	424.578	377.760	424.578	378.042
Debêntures	1.328	982	1.328	982
Parcela não circulante	1.328	982	1.328	982
	425.906	378.742	425.906	379.024
Taxas				
Capital de giro	1% a 6%a.m. / 1% e 2,3%a.m.+IGPM / TR+0,5%a.m			
BRDE	TJLP + 7% a.a.			
Debêntures	TJLP + 1,5% a.a.			
Sujeitos à recup.judicial	TJLP + 1,5% a.a.			

	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Por data de vencimento				
Vencidos	85.521	66.379	85.521	66.379
Em até 6 meses	36.399	35.142	36.399	35.424
De 6 meses a 1 ano	5.139	-	5.139	-
Acima de 5 anos	1.328	982	1.328	982
Sujeitos à recup.judicial	297.519	276.239	297.519	276.239
	425.906	378.742	425.906	379.024

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Por tipo de moeda				
Reais	423.734	377.628	423.734	377.910
US\$	2.172	1.114	2.172	1.114
	425.906	378.742	425.906	379.024

Garantias e avais

Em garantia aos empréstimos obtidos, foram concedidos avais e alienação de bens do ativo imobilizado no total de R\$ 213 milhões (R\$ 235 milhões em 2017).

Debêntures

No Plano de Recuperação há a previsão de emissão de Debêntures a credores. No exercício de 2016 a Companhia iniciou o processo de entrega, cujo montante original de R\$ 1.328 até 31/12/2018 está reconhecido na rubrica Debêntures no Longo Prazo.

17. Imposto de renda e contribuição social

a) Impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2018 a composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos no balanço era a seguinte:

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras padronizadas

Em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Provisão IRPJ	-	-	7.032	6.825
Provisão CSLL	-	-	3.952	3.836
Parcela Circulante	-	-	10.984	10.661
IRPJ sobre diferenças temporárias	27.394	27.948	44.282	45.231
CSLL sobre diferenças temporárias	9.740	9.940	15.820	16.163
Parcela não circulante	37.134	37.888	60.102	61.394

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON, aprovados pela Deliberação CVM nº 273 de 20/08/98 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros aprovados pelo Conselho de Administração.

b) Despesas com tributos sobre o lucro

A seguir são apresentados os encargos com tributos sobre o lucro registrados no resultado dos períodos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Conciliação IRPJ/CSLL do resultado				
Resultado antes dos impostos	(126.367)	(114.974)	(126.905)	(115.523)
Imposto à alíquota corrente	34%	34%	34%	34%
Total de crédito tributário (prejuízo fiscal e base negativa não contabilizados)	42.965	39.091	43.148	39.278
Conciliação de Impostos Diferidos				
Realização IR/CS sobre diferenças temporárias - Reserva reavaliação	596	-	894	298
Realização IR/CS sobre diferenças temporárias - Custo atribuído	158	180	263	285
Constituição IR/CS sobre diferenças temporárias - Revisão vida útil	-	(586)	135	(440)
IRPJ/CSLL do resultado do período	754	(406)	1.292	143

18. Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Companhia mantém provisões para contingências fiscais, cíveis, trabalhistas, e administrativas, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco provável pelos assessores jurídicos externos. A Administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais.

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras padronizadas

Em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A posição em 31 de dezembro de 2018 das contingências fiscais, cíveis e trabalhistas e sua movimentação no período encontra-se abaixo:

Controladora	Previdenciárias			
	Fiscais	e trabalhistas	Cíveis	Total
Em 31 de dezembro de 2017	236.838	24.087	20.164	281.089
Constituída durante o período	-	15.342	-	15.342
Atualização	6.888	1.847	43	8.778
Provisões utilizadas	-	(9.937)	-	(9.937)
Em 31 de dezembro de 2018	243.726	31.339	20.207	295.272

	Previdenciárias			
	Fiscais	e trabalhistas	Cíveis	Total
Parcela de curto prazo	10.475	18.274	-	28.749
Parcela de longo prazo	233.251	13.065	20.207	266.523
Em 31 de dezembro de 2018	243.726	31.339	20.207	295.272

Consolidado	Previdenciárias			
	Fiscais	e trabalhistas	Cíveis	Total
Em 31 de dezembro de 2017	236.847	24.292	20.164	281.303
Constituída durante o período	-	15.573	-	15.573
Atualização	6.890	1.848	43	8.781
Provisões utilizadas	-	(9.988)	-	(9.988)
Em 31 de dezembro de 2018	243.737	31.725	20.207	295.669

	Previdenciárias			
	Fiscais	e trabalhistas	Cíveis	Total
Parcela de curto prazo	10.486	18.660	-	29.146
Parcela de longo prazo	233.251	13.065	20.207	266.523
Em 31 de dezembro de 2018	243.737	31.725	20.207	295.669

O saldo das provisões é atualizado pelos seguintes critérios: contingências tributárias são atualizadas pela variação da taxa SELIC no período; cíveis pela variação do IGP-M; e trabalhistas por índice próprio, fornecido pela Justiça do Trabalho.

Resumo dos principais objetos vinculados aos passivos contingentes**FISCAIS****ICMS**

Ações relacionadas a autuações fiscais, cujo objeto de discussão é a utilização de créditos diversos, basicamente decorrentes de uso e consumo, bonificações, produtos por encomendas e sobre encargos financeiros.

COFINS

Relativas a ações que discutem a incidência sobre as receitas e ingressos diversos de faturamento (produto das vendas de mercadorias e/ou serviços).

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras padronizadas

Em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demais ações estão relacionadas a diversas autuações sobre tributos federais, estaduais e municipais, decorrentes, dentre eles, de glosas efetuadas na apuração dos tributos e divergências quanto as obrigações acessórias.

PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS

INSS

Estas ações estão pautadas na perda provável de discussão sobre verbas de caráter indenizatório que não deveriam incidir na base de cálculo do salário de contribuição.

TRABALHISTAS

Referem-se a pedidos diversos em ações decorrentes de contrato de trabalho, dentre estas diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, danos moral e material.

CIVEIS

As principais contingências cíveis referem-se a ações de execução movidas por entidades bancárias e tem por base cédulas de crédito, acordos e confissões de dívida firmados entre as partes. A maioria destas ações encontra-se em grau de recurso, não havendo decisão final. Há outras em valores menos significativos que se referem a indenização por danos morais e materiais, ações de cobrança, entre outras.

Juizados Especiais Cíveis – questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos.

Demais ações – referem-se a diversas ações em curso abrangendo principalmente reclamações de clientes, indenização por danos morais, rescisões de contratos, bem como, litígios cujas principais naturezas referem-se a discussões de quebras contratuais.

Perdas possíveis

Adicionalmente às provisões registradas, existem outros passivos contingentes que estão em discussão, R\$ 68.166 em causas cíveis, R\$ 782.715 em causas tributárias, R\$ 1.123 em causas trabalhistas.

Além dos registros contábeis já registrados no Passivo da Companhia de parte substancial quanto ao principal dos temas em discussão, as causas estão sendo amplamente defendidas por nossos assessores jurídicos e, considerando a perspectiva possível de êxito, não há constituição de provisão.

Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Depósitos judiciais	31.936	30.761	32.724	31.551
Parcela não circulante	31.936	30.761	32.724	31.551

Contingências ativas

Amparada na opinião de seus consultores legais, a Companhia vem pleiteando judicialmente a recuperação de certos créditos tributários, que entende ter direito. Todavia, esses créditos não

se encontram reconhecidos nos registros contábeis.

Os principais temas fiscais pleiteados, para alguns dos quais há decisões favoráveis nas instâncias iniciais, e que não se encontram registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2018, nem tampouco para os quais foram efetuadas quaisquer compensações e/ou registros contábeis são:

INSS/SAT/Salário Educação - imunidade	234.616
Créditos de INSS/FGTS	69.326
Eletrobrás	64.526
	<u>368.468</u>

19. Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado		Encargos
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17	
Cell Participação e Adm.Ltda	5.321	4.310	10.830	9.477	103 % CDI
Partes relac.sujeitas à recup.judicial	14.422	13.367	14.422	13.367	TJLP + 1,5%a.a.
Passivo circulante	19.743	17.677	25.252	22.844	
Teka Fiação Ltda.	45.619	45.899	-	-	-
Teka Têxtil S.A.	2.037	2.045	-	-	-
Cerro Azul Part. E Adm. Ltda.	285	1.378	-	-	-
Passivo não circulante	47.941	49.322	-	-	

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições usuais estabelecidas entre as partes.

Remuneração da Administração

Conforme estabelecido e aprovado nas atas, para 2018 foi atribuída à remuneração dos administradores, a seguir descritas, conforme atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Remuneração do conselho de administração	180	397	180	397
Remuneração do conselho fiscal	69	153	69	153
Remuneração da diretoria	960	1.235	960	1.235
	1.209	1.785	1.209	1.785

Neste grupo estão conselheiros de Administração e Fiscal, assim como os Diretores.

20. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Capital social

O Capital Social é formado de 503.155 ações, sendo 167.915 ações ordinárias e 335.240 ações preferenciais, todas sem valor nominal, num montante de R\$ 21.945.

As ações preferenciais não terão direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais, sendo conferidas as seguintes vantagens:

- a) Prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da sociedade;
- b) Dividendo 10% maior do que o atribuído às ações ordinárias.

Reservas de lucros

Reservas legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final do exercício após a dedução das participações, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Até 31 de dezembro a Companhia não constituiu reserva legal.

Outros resultados abrangentes

Reservas de reavaliação

Refere-se à diferença entre o custo original e o custo atribuído (*Deemed Cost*) de certos bens do ativo imobilizado, que foi gerado pela adoção inicial dos CPC's e do IFRS como também por reavaliações anteriores à Lei 11.638. A realização do Ajuste Avaliação Patrimonial ocorrerá através da depreciação/baixa dos bens, que é transferida para a conta Lucros Acumulados no Patrimônio Líquido.

Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia reconhece nesta rubrica o saldo de reserva de reavaliações de ativos permanentes efetuada em anos anteriores e o saldo de custo atribuído (*deemed cost*) registrado, líquidos dos efeitos tributários, próprio e de controladas de forma reflexa. Esses efeitos são revertidos para lucros acumulados na proporção em que os ativos são depreciados ou no caso de alienação ou baixa do ativo.

21. Resultado (prejuízo) líquido por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

Resultado por Ação	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Numerador				
Resultado Líquido do exercício atribuído aos acionistas da companhia				
Resultado atribuível aos detentores de ações preferenciais	(83.693)	(76.875)	(83.693)	(76.875)
Resultado atribuível aos detentores de ações ordinárias	(41.920)	(38.505)	(41.920)	(38.505)
	(125.613)	(115.380)	(125.613)	(115.380)
Denominador (em milhares de ações)				
Quantidade de ações preferenciais emitidas	335	335	335	335
Quantidade de ações ordinárias emitidas	168	168	168	168
Total	503	503	503	503
Resultado básico e diluído por ação (em Reais)				
Ação preferencial	(249,65070)	(229,31303)	(249,65070)	(229,31303)
Ação ordinária	(249,65070)	(229,31303)	(249,65070)	(229,31303)

22. Receitas de vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Vendas mercado interno	168.210	151.184	167.818	151.013
Vendas mercado externo	18.990	15.449	18.990	15.449
Receita operacional bruta	187.200	166.633	186.808	166.462
(-) Impostos sobre venda	(37.746)	(34.450)	(37.651)	(34.439)
Receita operacional líquida	149.454	132.183	149.157	132.023

23. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Depreciação e amortização	3.989	4.200	6.099	6.306
Despesas com folha de pagamento	52.054	57.091	52.364	57.501
Matéria-Prima e materiais gerais	88.267	66.140	88.561	66.414
Frete, comissões e demais despesas variáveis	12.425	10.852	12.425	10.839
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.223	3.245	-	-
Financeiras Líquidas	105.692	103.131	108.348	106.689
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	11.417	2.904	6.973	(346)
	275.067	247.563	274.770	247.403

Classificadas como

Custos dos produtos vendidos	124.447	102.063	126.550	104.055
Despesas com vendas	21.129	23.454	21.693	24.180
Despesas gerais e administrativas	11.159	12.766	11.206	12.825
Despesas/receitas financeiras	105.692	103.131	108.348	106.689
Equivalência Patrimonial	1.223	3.245	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	11.417	2.904	6.973	(346)
	275.067	247.563	274.770	247.403

24. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Despesas financeiras				
Encargos financeiros	(125.173)	(133.777)	(127.689)	(137.291)
Variação cambial	(1.512)	(243)	(1.512)	(243)
Outras despesas financeiras	(3.207)	(3.088)	(3.334)	(3.171)
	(129.892)	(137.108)	(132.535)	(140.705)

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras padronizadas

Em 31 de dezembro de 2018

*Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma***Receitas financeiras**

Juros sobre duplicatas	252	254	252	255
Varição cambial	753	(77)	753	(77)
Outras receitas financeiras	23.195	33.800	23.182	33.838
	24.200	33.977	24.187	34.016
Resultado financeiro líquido	(105.692)	(103.131)	(108.348)	(106.689)

25. Outras receitas e despesas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Receitas operacionais				
Aproveitamento créditos de prejuízos fiscais	16.831	22.304	16.831	22.304
Venda de bens	-	3	-	3
Outras receitas	1.038	49	1.043	52
	17.869	22.356	17.874	22.359
Despesas operacionais				
Ajuste a valor recuperável do imobilizado	(14.825)	-	(17.304)	-
Ajuste a valor recuperável dos estoques	(95)	273	(95)	273
Ajuste ociosidade	(5.465)	(16.886)	(5.465)	(16.886)
Outras despesas	(9.655)	(8.241)	(3.275)	(5.543)
	(30.040)	(24.854)	(26.139)	(22.156)

26. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros

As operações da Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado, principalmente com relação à variação da taxa de câmbio, riscos de crédito e de variações nos preços de insumos.

A administração desses riscos é efetuada por intermédio de instrumentos financeiros e estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas. Esses instrumentos financeiros, representados principalmente por disponibilidades bancárias, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores, empréstimos, debêntures e contas a pagar, não possuem valor de mercado diferente daqueles apresentados pelos saldos contábeis no balanço patrimonial e foram atualizados de acordo com os contratos inerentes às respectivas transações e práticas contábeis vigentes.

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas aos fatores de risco demonstrados a seguir:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes. Para mitigar esse risco, as políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco).

Risco de preço

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente dos fios de algodão. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria-prima.

Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia são suscetíveis a sofrer variações, pois as suas contas a pagar e a receber são afetadas pela volatilidade da taxa de câmbio, principalmente do dólar americano.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos.

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções nºs 475 e 550/08 apresentamos a seguir, demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial

	31/12/18	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Variação	-25%	25%	50%
Ativos				
Cientes no Mercado Externo	3.416	2.562	4.270	5.124
	3.416	2.562	4.270	5.124
Passivos				
Dívida Bancária	2.172	1.629	2.715	3.258
	2.172	1.629	2.715	3.258
Exposição Líquida - R\$ Mil	(1.244)	(933)	(1.555)	(1.866)
Exposição Líquida - US\$ Mil	(311)	(311)	(311)	(311)
Taxa Dólar	4,00	3,00	5,00	6,01

A variação de 1 ponto percentual nas taxas de juros resultaria no aumento das despesas financeiras no montante aproximado de:

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Variação nas Taxas de Juros

Descrição	31/12/18	Cenário I	Risco
Passivos - Controladora			
Dívida Bancária por Taxa:			
IGPM	52.333	523	Alta IGPM
TR	1.164	12	Alta TR
TJLP	307.283	3.073	Alta TJLP
Outros	65.126	651	
	<u>425.906</u>	<u>4.259</u>	

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

Instrumentos financeiros da Companhia por categoria

Os tipos e classificação dos instrumentos financeiros da Companhia, em 31/12/2018 e 31/12/2017, são apresentados a seguir:

	Controladora				Controladora		
Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2018 conforme balanço patrimonial	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado			Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2018 conforme balanço patrimonial	Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
	Empréstimos e Recebíveis		Total		Outros passivos financeiros		Total
Caixa e equivalentes		85	85	Fornecedores		334.702	334.702
Contas a receber		36.012	36.012	Empréstimos e Financiamentos		425.906	425.906
Total		36.097	36.097	Total		760.608	760.608

	Controladora				Controladora		
Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2017 conforme balanço patrimonial	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado			Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2017 conforme balanço patrimonial	Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
	Empréstimos e Recebíveis		Total		Outros passivos financeiros		Total
Caixa e equivalentes		67	67	Fornecedores		312.529	312.529
Contas a receber		32.596	32.596	Empréstimos e Financiamentos		378.742	378.742
Total		32.663	32.663	Total		691.271	691.271

Risco de preço de commodities

A Companhia é afetada pela volatilidade da commodity algodão. Suas atividades operacionais requerem aquisição e produção em continuidade de produtos têxteis e, portanto, requerem fornecimento contínuo de algodão.

27. Informações por segmento

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 – Informações por Segmento, aprovado pela Deliberação CVM 582/09. A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras padronizadas

Em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2018	Tecelagem	Fiação	Corporativo	Total
Receita operacional líquida	149.454	4.086	2.634	156.174
Receita entre segmentos	(2.931)	(4.086)	-	(7.017)
Receita de clientes externos	146.523	-	2.634	149.157
Depreciação e amortização	(3.989)	(553)	(1.557)	(6.099)
Receitas financeiras	24.162	-	25	24.187
Despesas financeiras	(129.892)	(2.512)	(131)	(132.535)
Provisão IRPJ e CSLL	754	28	510	1.292
Resultado líquido do período	(118.134)	(5.392)	(2.087)	(125.613)
Ativo total	889.764	14.362	61.453	965.579
O ativo inclui:				
Investimentos em coligadas	-	-	-	-
Adições ao imobilizado e intangível	1.355	-	-	1.355
Passivo total	889.764	14.362	61.453	965.579

Em 31 de dezembro de 2017	Tecelagem	Fiação	Corporativo	Total
Receita operacional líquida	132.183	4.380	2.408	138.971
Receita entre segmentos	(2.552)	(4.380)	(16)	(6.948)
Receita de clientes externos	129.631	-	2.392	132.023
Depreciação e amortização	(4.200)	(546)	(1.560)	(6.306)
Receitas financeiras	33.977	3	36	34.016
Despesas financeiras	(137.100)	(3.503)	(102)	(140.705)
Provisão IRPJ e CSLL	(406)	39	510	143
Resultado líquido do período	(109.435)	(4.061)	(1.884)	(115.380)
Ativo total	857.978	17.249	63.210	938.437
O ativo inclui:				
Investimentos em coligadas	-	-	-	-
Adições ao imobilizado e intangível	136	-	2	138
Passivo total	857.978	17.249	63.210	938.437

28. Política de seguros

Após o pedido de recuperação judicial a Administração teve dificuldades em negociar a renovação do seguro patrimonial. Inicialmente o valor da contratação do novo seguro foi 125 % maior do que apresentado no ano anterior, atualmente ocorre a dificuldade de aceitação por parte das companhias seguradoras, porém a Administração continua na busca da renovação a preços adequados.

Não faz parte do escopo do trabalho de nossos auditores averiguar a razoabilidade da cobertura dos seguros contratados pela Companhia.

29. Recuperabilidade dos ativos (impairment)

Anualmente ou quando houver indicação de que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos, para determinar se estes sofreram perdas por “impairment”.

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras padronizadas

Em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Estes testes são realizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A Companhia realiza o teste de recuperabilidade para os ativos, sendo identificadas as seguintes perdas por “impairment”:

	Controladora			Consolidado		
	Contas a receber	Estoques	Imobilizado	Contas a receber	Estoques	Imobilizado
Em 31 de dezembro de 2017	(14.346)	(1.050)	-	(14.398)	(1.050)	-
Constituições (resultado)	(2.170)	(1.143)	14.825	(2.221)	(1.143)	17.304
Reversões (resultado)	467	1.048	-	499	1.048	-
Em 31 de dezembro de 2018	(16.049)	(1.145)	14.825	(16.120)	(1.145)	17.304

As perdas estimadas nas contas a receber foram calculadas com base no histórico de perdas e títulos vencidos há mais de 180 dias.

* * * * *